

ENTREVISTA COM MARIA LAURA VIVEIROS DE CASTRO CAVALCANTI

Novembro de 2008

Possui graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1976), mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1982), doutorado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1993) e pós-doutorado pela Columbia University (2000). Atualmente é Professor Associado I da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Membro de corpo editorial do Religião & Sociedade, Revisor de periódico da Mana (Rio de Janeiro), Revisor de periódico da Cadernos de Antropologia e Imagem, Revisor de periódico da Habitus e Revisor de periódico do Religião & Sociedade. Tem experiência na área de Antropologia, com ênfase em Teoria Antropológica. Atuando principalmente nos seguintes temas: Carnaval, cidade, Ritual.

REVISTA HABITUS: Você possui graduação em História. O que a motivou a fazer o mestrado em Antropologia?

Maria Laura Cavalcanti: Nos cursos de História, tomei contato com uma bibliográfica antropológica. Em especial, em um curso de História Antiga e em outro de História Medieval, ministrados pelo Ricardo Benzaquen, que já tinha sido monitor da minha turma. Nos cursos de História Antiga, lembro-me dos três volumes, da Ed. Francisco Alves, “História: novas abordagens, novos objetos e novos problemas”, com um grupo de historiadores muito bons, uma turma que conhece Mauss e Lévi-Strauss, fazia análise de mito, e eu achei aquilo muito interessante. Ao mesmo tempo, no de História Medieval, estudamos a inquisição no Brasil e em Portugal. Lemos *A Feiticeira* de Jules Michelet, e lemos *A inquisição e os cristãos novos em Portugal* de Antônio José Saraiva. Eram livros que lidavam com assuntos muito antropológicos, teorias de desvio e acusação, crença em bruxaria. Eu fiz a graduação entre os anos de 1973 e 1976, no final dos “anos de chumbo”, não tinha movimento estudantil, que só recomeçou em 1977. Então, em 1973, era o final do Médici, estava entrando o Geisel, a abertura não tinha nem começado direito, era muito pesado. A gente tinha policiais em sala de aula, todo mundo morria de medo porque tinha as pessoas que tinham sido torturadas. Experiências muito próximas, muito violentas. Eu entrei para Desenho Industrial, o meu primeiro semestre foi em Desenho Industrial, e lá eu gostei muito de Filosofia e História, e aí eu mudei pra História. Eu vinha de formação católica. Tinha um tio que era padre, que foi reitor da PUC, e ele falou para minha mãe: “Não deixa ela ir pra História porque lá um antro de gente de esquerda. Está muito perigoso isso e ela vai correr perigo.” Na época, tinha as organizações de esquerda que eram clandestinas. Boa parte dos alunos, pelo menos os meus amigos, eram marxistas, era modo de produção o tempo todo, se existia modo de produção asiático, se você podia entender a história do Brasil colonial como modo de produção feudal. Tive excelentes professores, entre eles Francisco Falcon, Ilmar Rholoff de Matos, Artur César Ferreira Reis. Mas, na História dessa época, o marxismo era um forte paradigma teórico-conceitual. A gente lia Louis Althusser, lia Gramsci, fazia grupo de estudos, lia O Capital, essas coisas todas. Mas havia coisas novas chegando, o Michel Foucault, que na época deu uma palestra na PUC, *A verdade e as formas jurídicas*. Li muito o Foucault, *História da Loucura, A palavra e as coisas*. Em 1976, eu me casei com um colega, Ovídio de Abreu Filho. O Ovídio e o Ricardo Benzaquen tinham ido fazer o mestrado em antropologia social no Museu Nacional, e eram pessoas com quem eu tinha muita afinidade intelectual. E aí o Museu apareceu como uma opção. Eu cheguei lá e me apaixonei pela antropologia.

REVISTA HABITUS: Você esteve à frente da Coordenadoria de Estudos e Pesquisa do Instituto Nacional do Folclore por 10 anos, entre os anos de 1984 a 1994. Esse trabalho, junto a uma instituição que não é de ensino teve algum tipo de influência na sua trajetória acadêmica?

Maria Laura Cavalcanti: Teve uma influência enorme. Foi uma experiência de vida das mais importantes, que continua até hoje. A passagem por lá trouxe o interesse pela cultura popular. No mestrado eu me apaixonei pela discussão de religião, a leitura do Evans-Pritchard, em especial. Eu tinha formação católica também, e foi muito interessante pensar essas coisas de outra maneira. Eu fiz a dissertação de mestrado com o Espiritismo Kardecista, que resultou no livro *O*

mundo invisível. Escolhi uma coisa que era “o outro” dos católicos, na minha infância, no colégio católico, aquilo era coisa do demônio, copo que mexe, etc... Até hoje eu gosto muito da área de religião. Queria fazer o doutorado com isso, cheguei a entrar depois no Museu Nacional com um projeto de doutorado sobre umbanda, com uma pesquisa em Quissamã (RJ). Tinha me apaixonado pelo Bastide, Édson Carneiro, Nina Rodrigues, fiz uns artigos sobre o assunto. Mas logo depois da defesa da dissertação, estava acontecendo uma renovação no então Instituto Nacional do Folclore. A diretora de então, Lélia Coelho Frota estava chamando um grupo de antropólogos pra trabalhar lá. Eu cheguei lá em agosto de 1983, com uma bolsa do CNPq sobre umbanda. Fui contratada em janeiro de 1984, já estavam lá o Ricardo Lima, a Elizabeth Travassos, a Ana Heye. Logo que entrei, fui coordenar o Prêmio Silvio Romero, as edições estavam atrasadas e conseguimos atualizar. Lélia me pediu para fazer uma pesquisa sobre o carnaval, na União da Ilha do Governador, bem... nunca mais larguei o carnaval! Sempre gostei muito de pesquisa e comecei a batalhar muito lá dentro pela importância do espaço da pesquisa naquela instituição. Para entender e propor políticas públicas naquela área, precisava ter um conhecimento efetivo dos processos populares. Conseguimos criar uma Coordenadoria de pesquisa. Então foi legal essa luta pela importância do lugar da pesquisa numa instituição de atuação. Uma luta, porque numa instituição desse tipo, você tem que responder a coisas que estão chegando todos os dias e a pesquisa tem outro ritmo. Mas um espaço muito vital. Em 1987, começou também o projeto dos estudos de folclore no Brasil, que depois o Luiz Rodolfo da Paixão Vilhena continuou com a tese de doutorado dele. Foi uma experiência riquíssima em muitos aspectos: humano, intelectual, profissional.

REVISTA HABITUS: No mestrado você foi orientada por Anthony Seeger e no doutorado por Rubem César Fernandes. Qual foi a importância e influência dos seus orientadores na sua trajetória acadêmica?

Maria Laura Cavalcanti: São pessoas muito queridas, que me acolheram, influenciaram e me orientaram. Mas as influências são muitas, próximas e distantes, as mais próximas foram vividas no mestrado, porque no doutorado eu já trabalhava no Instituto Nacional do Folclore. Fiz o doutorado em condições difíceis. Foi muito bom por causa do trabalho do carnaval, mas foi tudo muito sofrido. Tanto que eu tranquei o doutorado durante dois anos porque eu não conseguia tempo para o estudo, tinha muita responsabilidade na instituição trabalhando oito horas por dia, tinha filhas pequenas, enfim, muito difícil. Quando eu entrei no doutorado, meu orientador era o Peter Fry e o projeto era sobre umbanda. Precisei trancar, quando eu reabri é que surgiu carnaval, Peter já não estava mais no Museu Nacional e Rubem César deu toda força. Mas foi no mestrado que estudei de verdade, pois eu me dedicava só aquilo, aquele estudo que transforma. A influência intelectual é também e fortemente bibliográfica. No mestrado tive muito contato Gilberto Velho e Roberto DaMatta, me sinto muito próxima aos dois intelectualmente.

REVISTA HABITUS: Durante o mestrado você pesquisou sobre o espiritismo kardecista e no doutorado abordou o desfile das escolas de samba. Como se deu essa mudança de um objeto de pesquisa no campo do religioso/sagrado, para outro na esfera do profano? Embora sejam campos diferentes, pode-se dizer que eles se aproximam em algum ponto?

Maria Laura Cavalcanti: Parecem coisas muito diferentes, e é claro que a bibliografia específica é diversa e as pesquisas de campo trazem questões muito diversas. Mas, do ponto de vista dos problemas conceituais, têm uma grande continuidade. São os problemas da vida simbólica, tanto num caso como no outro. A discussão teórica de que eu gosto está muito presente nas duas. Um é espírito e o outro, carne, do invisível ao bem visível, é curioso, não é? Um é mais cosmologia e sistema ritual e o outro é mais processo ritual, troca agonística, mas são discussões complementares, muito afins.

REVISTA HABITUS: Complementando um pouco a outra pergunta, essa é sobre a sua tese de doutorado, cujo título é: *Onde a cidade se encontra: o desfile das Escolas de Samba do Rio de Janeiro, que foi defendida em 1993. Como começou e se desenvolver a pesquisa sobre o Carnaval?*

Maria Laura Cavalcanti: A tese virou o meu livro, Carnaval carioca, tal e qual. Quando eu entrei lá no Folclore, uma das coisas que me pediram para fazer foi uma pesquisa no barracão da União da Ilha do Governador. Em fevereiro de 1984, fiquei uns 15 dias dentro do barracão da

União da Ilha, e me apaixonei. Desde essa experiência, alimentei o sonho, porque vi a riqueza da coisa, de poder um dia acompanhar um ciclo inteiro de confecção do carnaval. Em 1985, fizemos no Instituto do Folclore, uma Sala do Artista Popular sobre o carnaval. E a carnavalesca Maria Augusta Rodrigues até o Nilton Santos, meu ex-aluno, fez recentemente a tese sobre ela, que era muito próxima pois sua mãe havia trabalhado na instituição me levou pra conhecer os carnavalescos o Paulino e o Braga que estavam trabalhando na Tradição. Em 1986, conseguimos uma parceria do Senac para fazer um vídeo com eles (“Os bastidores do carnaval”) que tinham ido para a Mocidade. Em 1988, a Heloísa Buarque de Hollanda fez um projeto grande sobre a comemoração do centenário da Abolição e, nesse contexto, eu fiz um trabalho sobre a temática racial no carnaval carioca. Por coincidência, me convidaram para ser jurada de enredo no mesmo ano. Aí o negócio começou a ficar mais sério. Em 1989, me chamaram pra julgar a decoração na cidade. Eu conheci a Lília Rabelo, então mulher do Renato Lage, que era um carnavalesco, nesse comitê de decoração. Enquanto isso, com o doutorado ainda trancado, a minha pesquisa sobre umbanda em Quissamã ficava mais remota: com filhas pequenas e trabalhando oito horas? Fiquei com o carnaval e reabri o doutorado. Isso já era 1990, com o Collor que foi um trauma horroroso, que só quem viveu aquilo sabe o horror que foi aquilo. O Instituto Nacional do Folclore sobreviveu, mas ficou um ano parado por conta da intervenção na área da cultura. Em 1991 e 1992, a gente não podia trabalhar, tudo se reformulando e nem dinheiro tinha. Resolvi aproveitar e fazer a tese de doutorado para valer. O Rubem César deu toda força e o pessoal do Folclore apoiou também e eu tive uma sorte enorme porque eu pude trabalhar junto com um fotógrafo, o Décio Daniel, um ano inteiro. A pesquisa serviu também para fazer exposição, sala do artista, obter acervo para o museu. Também por conta do carnaval, eu conheci a Gláucia Villas Boas e a Filipina Chinelli. Em 1987, teve um seminário aqui no IFCS chamado “Carnaval, criação e análise” para o qual elas me convidaram. Foi a primeira vez que eu pisei no IFCS. Nesse seminário estava também a Maria Isaura Pereira de Queiroz. Iniciei uma colaboração com a Gláucia e a Filipina, que tinham um Núcleo de Estudos, parte de um Laboratório de Iniciação Científica. No final de 1992, quando abriu uma vaga para antropologia brasileira, a Filipina falou comigo, mas só que eu precisava ter o título de doutora e eu não tinha ainda. O pessoal do Folclore me liberou dois meses, janeiro e fevereiro, e eu escrevi a minha tese em dois meses! Defendi no começo de abril, me inscrevi no concurso que, por conta de uma greve, só aconteceu afinal em agosto.

REVISTA HABITUS: Que autores são mais influentes na sua trajetória acadêmica?

Maria Laura Cavalcanti: Tem que escolher? Bem, dentro da antropologia, eu adoro *Formas Elementares da Vida Religiosa*, um livro fundador. Durkheim, Mauss e Lévi-Strauss são fontes permanentes de inspiração. A turma clássica é muito boa – Victor Turner é um autor instigante, complexo, eclético, e muito interessante. Evans-Pritchard é imbatível em sua elegância e beleza de raciocínio. Gregory Bateson é agudo e fascinante. Um clássico mais contemporâneo é Marshall Sahlins, seu *Cultura e Razão Prática* é sensacional. No Brasil, tem Roberto DaMatta, Gilberto Velho, Oracy Nogueira. São muitas influências mesmo fora da antropologia, na literatura, na crítica da cultura, na psicanálise, na lingüística, na história também.

REVISTA HABITUS: Nos seus livros: *O mundo invisível: Cosmologia, Sistema Ritual e Noção de Pessoa no Espiritismo; Carnaval Carioca: dos bastidores ao desfile e O Rito e o Tempo: ensaios sobre o Carnaval*, um dos conceitos mais trabalhados é o conceito de ritual. Fale sobre esse conceito e sua importância nas pesquisas desenvolvidas por você. Além deste, que outros conceitos são relevantes para a sua produção bibliográfica?

Maria Laura Cavalcanti: Ritual é um guarda-chuva conceitual, o problema de fundo é a visão antropológica de cultura – a idéia da vida simbólica como absolutamente constitutiva do humano e da vida social. Então para mim essa é que é a visão principal, sabe, aí pode ser o conceito que for, trabalho, gênero, família, parentesco, rito, mito. Parece uma idéia simples, mas a ficha cai várias vezes até você realmente operar com ela, na pesquisa e no ensino. É uma visão que muda nossa compreensão do humano. Essa visão do humano pode ser encontrada certamente em muitos lugares. Os ritos festivos com que trabalho são um desses lugares. Quando você trabalha com ritual, você trabalha com o homem de uma forma muito inteira, como Mauss fala muito bem, o problema dos rituais é um problema da multiplicidade de planos de sentido. É um campo conceitual e etnográfico muito rico, é central para as discussões teóricas de antropologia. Ao mesmo tempo, o campo etnográfico é muito rico para o universo das culturas populares.

REVISTA HABITUS: O Fundo Oracy Nogueira, que reúne documentos e pesquisas de Oracy Nogueira (1917-1996), está em sua posse e disponível para consulta em uma sala anexa à sua no IFCS/UFRJ. Comente um pouco sobre seu interesse de pesquisa pela história da Antropologia no Brasil e sobre o Fundo.

Maria Laura Cavalcanti: Quando eu estava estudando para o concurso para o IFCS, um dos temas era relações raciais e eu li “Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem”. Achei o texto magnífico e me perguntei de onde vinha aquilo e quem era aquele autor que tinha dito aquelas coisas em 1954. Eu estava muito cansada do esforço da tese e do concurso e pensei: “vou fazer uma pesquisa bem calma só de livro, vou pesquisar quem é esse sujeito”. Bem acabou virando uma pesquisa de campo tão mobilizadora quanto as outras. A pesquisa está em andamento até hoje. Oracy Nogueira faleceu em 1996 e eu, que tinha já um artigo sobre ele (Oracy Nogueira: o estudo do estigma e do preconceito racial) acabei recebendo toda a sua biblioteca e sua documentação aqui no IFCS. Seus livros foram encaminhados a nossa biblioteca e sua documentação, que já vinha sendo trabalhada, veio a constituir em 2007, graças a um apoio da Faperj, o Fundo Oracy Nogueira, que agora é aberto a consulta pública.

REVISTA HABITUS: O seu mestrado foi realizado entre 1978 e 1982, e o doutorado entre 1986 e 1993; resultando em 11 anos de pós-graduação. Atualmente a pós-graduação (mestrado e doutorado) tem duração média de 6 anos. Como você avalia essa mudança no tempo de formação na pós-graduação?

Maria Laura Cavalcanti: Eu fiz 4 anos de mestrado sim, e isso foi muito importante, tive a felicidade de poder durante um ano inteiro escrever a minha dissertação e a minha pesquisa foi publicada. Eu vinha de outra área e poder estudar muito foi fundamental. Agora o meu doutorado foi primeiro um ano de curso, aí eu tranquei, depois foram mais dois anos e meio. Acabei fazendo em menos tempo, por conta da história do concurso que já contei. Então acho o prazo é sempre muito relativo, às vezes em circunstâncias muito adversas você consegue fazer um trabalho importante, às vezes em circunstâncias favoráveis você não consegue, sabe, são tantas variáveis. Agora, na antropologia o problema do prazo no mestrado é não prejudicar a formação de uma perspectiva etnográfica. E a perspectiva etnográfica é uma coisa delicada, precisa de um tempo de amadurecimento, mas mesmo isso o tempo não é necessariamente físico. Eu tenho tido experiência de que em pouco tempo as pessoas fazem trabalhos muito legais, com dois anos de mestrado, tem várias dissertações etnográficas com pesquisas de campo que envolvem coisas datadas em que os alunos se saíram muito bem. Então é possível, é uma questão de dedicação, de trabalho, de investimento, que envolve certamente a possibilidade de lidar com as regras de uma forma razoável que permita manter esse valor que a etnografia tem para a formação antropológica.

REVISTA HABITUS: Uma de suas linhas de pesquisa é sobre cultura popular brasileira e folclore. Como você vê a recente política de patrimonialização da cultura imaterial brasileira?

Maria Laura Cavalcanti: É muito bom porque significa recursos e apoio, não só para os grupos de produtores de cultura popular em si, como para os antropólogos também, como recurso e oportunidade de pesquisa. É um conceito abrangente de cultura e isso é bom. Mas, como tudo, para onde vão os recursos vão os problemas também. Então a gente tem que acompanhar. Na cultura popular há muitas vezes as redes de clientelismo e patronagem política, tem que ter lucidez para não virar demagogia. Ao mesmo tempo, também, tem que ter muito cuidado para não reificar processos culturais, patrimonializando todos os planos de um processo cultural. É certamente um instrumento político importante mas um processo social que se afirma como “identidade” instaura um novo plano de sentido que modifica o que acontecia antes. O problema, como sempre, é o da reificação da cultura, aquele “é assim que é!” Essas políticas de cultura têm uma fundamentação antropológica muito boa. Mas na hora que uma política pública entra no mundo real, é muito diferente o que se queria com ela – o que é controlável – e o efeito que ela produz sobre o mundo – que não é controlável. É muito bom, mas precisamos aceitar também os desafios de lidar com as complicações sempre novas das coisas. E aí acho que a antropologia, a universidade, a geração de vocês vai ter muito o que fazer. É um novo campo de trabalho para antropologia e é um instrumento de construção de uma sociedade numa direção democrática.

REVISTA HABITUS: No seu site (www.lauracavalcanti.com.br) você publica artigos de seus alunos de Iniciação Científica. Que importância você vê na Iniciação para a formação de pesquisadores e como você analisa o espaço para a produção acadêmica na graduação?

Maria Laura Cavalcanti: Eu gosto muito do trabalho da iniciação. Algumas experiências são mais bem sucedidas do que outras, por uma série de razões. Uma das coisas que me motivou a fazer a página foi dar visibilidade a esse trabalho com os alunos. A Jornada e a Jornadinha têm uma dimensão diferente. A Iniciação é um espaço completamente diferente da sala de aula, é outro papo, outra maneira de pensar, essa cabeça da pesquisa. Como ler uma coisa com olhar de pesquisa, que é um olhar questionador, é um olhar de abertura. Dá uma trabalhadeira desgraçada, às vezes a gente fica até com raiva, “Ah, esses alunos”, sobretudo quando não dá muito certo, mas faz parte e quando dá certo é muito bom ver o crescimento do aluno. Tem um retorno afetivo, intelectual, de formação de vocês que é muito bom. No nosso caso, é um trabalho integrado com a Pós, e a associação de ensino e pesquisa na graduação é muito boa para a universidade. E vocês fizeram essa revista, uma iniciativa ótima, pois é também um lugar para canalizar o trabalho da Iniciação.

REVISTA HABITUS: Como você analisa a situação atual do fomento de pesquisas científicas na área de Ciências Sociais?

Maria Laura Cavalcanti: O país tem um sistema muito bom de apoio à pesquisa e ao pesquisador, com a capes, CNPq, faperj. É um apoio fundamental. São recursos públicos e é importante prestar conta, e a gente acaba sendo avaliado o tempo todo, é chato, mas é importante, porque é muito dinheiro investido. Quando resolvi fazer a minha página rede, essa foi outra das razões que me motivou, tudo que fiz, fiz com apoio de recursos públicos e é bom facilitar o acesso a essa produção. Agora, a pressão das avaliações às vezes tendem a burocratizar muito e às vezes a gente perde de vista a qualidade da coisa. Tem coisas que precisam de um outro tipo de tempo. Essa é a parte mais difícil da vida do pesquisador para mim. Então é essa tensão, que é a tensão do prazo, de como você lida com regras e ao mesmo tempo não deixa a regra te engolir, não deixa a regra fazer da sua existência uma chatice sem fim. Como preservar dentro da vida universitária o melhor lugar dela que é poder pensar livremente, poder pesquisar a fundo, poder realmente formar gente. É uma luta para manter viva a dimensão lúdica das coisas do trabalho, poder ser séria e poder fazer o que gosto.

REVISTA HABITUS: Na UnB existe um curso de graduação em Antropologia. Você acha que existe uma especificidade da Antropologia em relação às outras áreas das Ciências Sociais a ponto de existir um curso de graduação somente em Antropologia? Qual é a sua opinião?

Maria Laura Cavalcanti: Eu não sei exatamente como é na UnB. Agora, além de um arranjo do conhecimento é um arranjo institucional, e todo arranjo institucional é contextual. A história da institucionalização da antropologia no Brasil se fez junto com a sociologia e com a ciência política. Mas a antropologia tem conversas importantíssimas com outras áreas que, entretanto, por conta do modo como a institucionalização se deu no Brasil, são mais distantes política e institucionalmente dela. E, com certeza, não é porque um campo de conhecimento é política e institucionalmente mais distante, que intelectualmente a conversa é menos relevante, mas é uma conversa mais difícil de ser efetivada no cotidiano universitário. Agora, quanto a um curso na graduação no IFCS só em Antropologia, mas teríamos que pensar com calma o modelo para amadurecer a conversa. Eu fiz graduação em História e entrei direto na antropologia. Tenho muito mais afinidade com as discussões de história do que com as discussões de ciência política. Sou professora em um curso em que essas coisas estão juntas, mas eu mesma não tive essa formação de vocês, que devem saber mais de ciência política do que eu. É outro mundo, mas também é legal isso das coisas não serem todas encaixadinhas, as coisas vão se movimentando.

REVISTA HABITUS: Como você vê a necessidade de titulação cada vez maior na área de Ciências Sociais para a entrada no mercado de trabalho?

Maria Laura Cavalcanti: É claro que em nosso meio o título é importante, mas ele não diz tudo sobre a pessoa, nem sobre a qualidade de formação da pessoa e nem sobre a qualidade da tese da pessoa, tem teses e teses, teses muito mais bem sucedidas do que outras. Tem pessoas

que tem uma relação mais burocrática com a própria necessidade da titulação e tem pessoas que são também mais talentosas ou mais vocacionadas e que conseguem fazer uma coisa mais completa em relação à formação. E até mesmo tem gente que não consegue uma coisa mesmo em um doutorado e vai conseguir depois, a formação continua. Nós professores ficamos dentro do mundo universitário, que é apenas um aspecto do mercado de trabalho. Na área das ciências sociais, um bom mestrado, um bom doutorado, certamente vai ajudar a pessoa no mercado de trabalho mais amplo. Mas acho que tem sempre que ter espaço para o mérito pessoal, o talento e o notório saber independentemente do título.

REVISTA HABITUS: Qual a sua percepção sobre a situação da Universidade Pública no Brasil hoje?

Maria Laura Cavalcanti: No caso da UFRJ, é uma estrutura enorme, com muita coisa que funciona muito bem, em nível de excelência mesmo e muita coisa que nem tanto. A universidade é um mundo muito heterogêneo dentro de si mesmo. Precisa começar distinguindo as coisas. Tem, obviamente, a dimensão propriamente política, há importantes sindicatos atuando, ser reitor é um cargo também político. Mas basicamente, acho que com a montanha de dinheiro público que nos sustenta, há condições de melhorar e atualizar muita coisa, buscando o fundamental: formar cada vez mais e melhor as pessoas. O professor de graduação é ainda pouco valorizado academicamente. No IFCS, conseguimos essa coisa fantástica que é ter a pós-graduação e a graduação funcionando bem. É muito trabalho, mas tem valido a pena. Num plano mais político, acho que a idéia de ser tudo absolutamente gratuito para o estudante não é necessariamente boa. Pessoas com maior poder aquisitivo poderiam contribuir financeiramente, alguns serviços talvez pudessem ser pagos. Não é nenhuma desgraça pagar por alguma coisa, sabe? Ainda vigora dentro da universidade pública uma visão de que o deus estado proverá tudo. Se um aluno pagasse um real, cinco reais, sei lá, pra trancar uma matrícula, seria bom. Ia pensar mais no que faz. Fico horrorizada com turmas que começam com 70 pessoas e são freqüentadas de fato por 30, 35, sabe, acho um escândalo. O aluno não tem a menor noção da quantidade de dinheiro público investida nele. É claro que quem não puder, não pode mesmo, tem gente que está ralando para estar aqui, gente que realmente não pode pagar, sabe. Sou a favor do ensino público, não necessariamente gratuito. Mas acho que isso é politicamente bem incorreto, não é? Seria muito bom termos uma coisa mais criteriosa. A universidade não ia deixar de ser pública por causa disso.

REVISTA HABITUS: Como você analisa a grade curricular no Curso de Ciências Sociais do IFCS/UFRJ?

Maria Laura Cavalcanti: Talvez tenha curso demais e estudo de menos. A sala de aula é fundamental para a transmissão de conhecimento, mas poderíamos ter também outros tipos de atividades. Talvez haja disciplinas excessivas fora das Ciências Sociais. Tem um lado bom que é a idéia da universidade, de adquirir conhecimento em mais áreas do que só aquela que foi escolhida para a formação. Uma saída seria radicalizar, como o modelo norte-americano em que se tem uma área de formação predominante (*Major*) e outra secundária (*Minor*). Nos dois primeiros anos são estudos gerais, dentro do conjunto de disciplinas de uma grande área escolhida, e só nos dois últimos então a pessoa decide a área em que vai concentrar seus estudos, a predominante e a secundária. Acho também que poderíamos em nosso curso ter uma formação mais específica em Antropologia. A Antropologia é uma disciplina importante no mundo contemporâneo e avançou muito. Precisaríamos para acompanhar isso ter disciplinas em Linguística, Literatura, Psicologia, Antropologia Física, Arqueologia, coisas que não temos. Mas a qualidade das disciplinas que nosso departamento oferece é excelente.

Entrevista realizada por: Bárbara de Souza Fontes e Luciana de Araujo Aguiar.